

# APRENDER OS TRÓPICOS: PLANTAÇÕES E TRABALHO ESCRAVO NA ILHA DE SÃO TOMÉ

ARLINDO MANUEL CALDEIRA\*

## 1. Do início do povoamento aos primeiros engenhos de açúcar

Os portugueses desembarcaram pela primeira vez na ilha de São Tomé numa data até agora desconhecida mas que deve andar próxima de 1480, mais tarde, portanto, do que durante muito tempo se pensou<sup>1</sup>.

À sua chegada, os descobridores encontraram um território despovoado e com um relevo acidentado mas com bons portos, uma vegetação luxuriante, solo fértil e abundância de água. É inevitável, porque não há outra maneira de abordar o desconhecido senão por comparação com o que nos é familiar, que se tenham lembrado logo da ilha da Madeira e que, quando levaram a notícia a Lisboa, essa analogia viesse condicionar os primeiros tempos da colonização até a experiência demonstrar que, entre os dois espaços insulares, eram tantas as semelhanças quantas as diferenças.

O primeiro interesse por São Tomé teve não só razões económicas mas sobretudo estratégicas, ainda que umas e outras por vezes se confundissem.

À data da chegada à ilha do Equador, Lisboa iniciava a exploração da Costa do Ouro ou Costa da Mina, designação genérica para a extensão do litoral do golfo da Guiné que vai do cabo das Palmas ao rio da Volta. Aí tinham podido, finalmente, concretizar um dos objectivos alimentados desde o início da exploração

---

\* Investigador do Centro de História de Além-Mar (CHAM - FCSH/NOVA-UAç). arlindomc81@gmail.com.

<sup>1</sup> Arlindo Manuel Caldeira, “Os portugueses no Golfo da Guiné: primeiros contactos e estratégias iniciais de aproveitamento económico (1471-1520)”, *Arquipélago-História* (em curso de publicação).

da costa africana: comprar ouro em relativa abundância, aproveitando os fluxos que do interior desciam para o litoral. Mas o ouro era uma mercadoria demasiado aliciante, objecto de ambição de todas as potências europeias. Não tardará que, alvoroçados pelas notícias que iam chegando aos seus países, se ponham a caminho navios franceses e espanhóis, mas também flamengos e britânicos. Por isso, e pelas necessidades de armazenamento seguro, D. João II mandou levantar, com carácter de urgência, logo em 1481, a feitoria fortificada que ficará conhecida como castelo de São Jorge da Mina. Situava-se na Aldeia das Duas Partes, assim chamada por ser dividida pelo pequeno rio Benya, onde as trocas eram mais intensas e onde se conseguira chegar a acordo com o chefe local ashanti, Kwamena Ansah.

Em relação ao negócio da Mina, ficava reservado para a ilha de São Tomé um papel de base de abastecimento e de apoio de retaguarda. Esperava-se, como se vê dos privilégios concedidos aos habitantes<sup>2</sup>, que fossem eles a fornecer à guarnição da feitoria parte dos géneros necessários ao seu sustento e, eventualmente, ao comércio nessa região. Por outro lado, a ilha de São Tomé, pensada como colónia de povoamento, devia garantir também o reforço em homens, em armas e em navios no caso de eventuais dificuldades na Costa do Ouro. Por fim, esperava-se que a ilha pudesse servir de apoio aos navios que, na volta da Mina, tinham, muitas vezes, que fazer-se a Sul antes de encontrarem ventos favoráveis para o regresso.

As funções estratégicas atribuídas aos novos colonizadores islenhos não se esgotavam, porém, na cooperação com o núcleo central do comércio do ouro. De facto, na década de 1480, estava a dar-se o avanço da exploração portuguesa no Atlântico Sul e desenhava-se já, com clareza, a possibilidade de atingir a Índia circum-navegando a África. Mas não se conhecia, ou apenas começava a conhecer-se, o regime de ventos e de correntes a sul do Equador. Pensava-se, por isso, que São Tomé, pela sua posição geometricamente intermédia, poderia ser uma escala fundamental no abastecimento e manutenção dos navios que demandavam ou regressavam do cabo da Boa Esperança.

Nem todas as expectativas a que chamamos estratégicas, nem outras que adiante se verão, acabaram por confirmar-se.

A colonização oficial teve início em 1485, recorrendo à solução administrativa que fora utilizada nos outros arquipélagos atlânticos. Foi nomeado um capitão donatário (João de Paiva) que, em troca de amplas prerrogativas nos campos jurídico e financeiro, se comprometia a defender e povoar o território. Esperavam-se,

---

2 Carta régia de 16 de Dezembro de 1485 (*Portugaliae Monumenta Africana*, vol. I, 349-352). A partir daqui, os *Portugaliae Monumenta Africana* são designados por *PMA*.

provavelmente, resultados tão felizes como os obtidos na Madeira e nos Açores, conseguindo, através de uma boa gestão da concessão de terras em sesmaria e de um certo número de privilégios, atrair um número razoável de famílias europeias que garantissem uma rápida ocupação e um lucrativo aproveitamento do solo.

Repare-se que, apesar dos aspectos novos do território (localização, clima, contexto civilizacional em que se inseria), ainda não havia muito para lhe oferecer além das soluções clássicas testadas desde a Idade Média no território continental conquistado aos Mouros e aplicadas com sucesso nos arquipélagos da Madeira e dos Açores, seu prolongamento atlântico. Para efeitos de governação, exportavam-se as donatarias e os concelhos. Para o povoamento, recorria-se ao regime de sesmarias. Através da doação de terras e de privilégios, esperava-se atrair e fixar povoadores e garantir o aproveitamento intensivo do território.

Não tardariam os desencantos. Não foi fácil, sobretudo, mobilizar povoadores para São Tomé. Antes de mais pela distância: era o mais remoto território para que, então, se solicitavam portugueses. Depois, na mentalidade comum, a África era, ainda até à véspera, uma terra de dragões e dos mistérios mais fantasiosos. Por fim, a experiência não tardou a demonstrar que o clima era hostil para quem sempre vivera na Europa e a mortalidade era devastadora, provocada por diversas doenças tropicais mas sobretudo pela malária, a que chamaram “carneirada”, isto é, o caminho certo para o “carneiro” (o cemitério).

A acção dos dois primeiros capitães donatários foi frustrante e desadequada à dimensão da tarefa. Em 1493, o rei resolveu nomear como donatário um homem da sua confiança, Álvaro de Caminha, que tinha sido recebedor da alfândega e era cavaleiro da Casa Real<sup>3</sup> e que, cumulativamente, oferecia experiência africana<sup>4</sup>.

Além disso, a Coroa, demonstrando o interesse que tinha na colonização da ilha, investiu directamente na expedição, promovendo o envio de equipamentos e mantimentos, de animais de tracção, de mercadorias que pudessem ser utilizadas nos resgates de escravos (com que, por sua vez, se asseguravam os soldos dos funcionários) e providenciando para que, custe o que custasse, não faltassem povoadores.

Com Caminha, seguiram, de facto, alguns casais e homens livres, incluindo

---

3 H. Baquero Moreno, “Álvaro de Caminha, capitão-mor da ilha de São Tomé”, in *Congresso Internacional Bartolomeu Dias e a sua época: actas*, Porto, Universidade /CNCDP, 1989, vol. I, p. 311.

4 Na carta régia em que lhe é doada a capitania da ilha de São Tomé referem-se “os muitos serviços nas coisas do mar e da terra” que Álvaro de Caminha teria feito “em Guiné e nas partes de África” (Carta régia de 29 de Julho de 1493 (*Descobrimientos portugueses: documentos para a sua história*, pub. e pref. de, João Martins da Silva Marques, vol. III, Lisboa, Inst. de Alta Cultura, 1971, pp. 404-405). A partir daqui, os *Descobrimientos portugueses: documentos para a sua história* são designados por *DP*.

vários homens dos ofícios<sup>5</sup>, mas a grande maioria dos seus acompanhantes não ia por sua vontade: eram degredados que evitavam assim a prisão, as galés ou o cadafalso e seguia também um número elevado, embora difícil de quantificar, de “moços judeus”, crianças e jovens retirados pela força a seus pais, “gente de nação” entrada em Portugal após a expulsão de Castela em 1492<sup>6</sup>.

Iniciada, portanto, em 1485, é só em 1493 que a colonização portuguesa de São Tomé ganha ritmo e alento, levando, no final do século XV e durante o século XVI, apesar da impiedosa mortandade de europeus, à ocupação de uma parte do território, parte que correspondia, *grosso modo*, à faixa nordeste da ilha. Para lá disso, só algumas franjas junto ao litoral foram arroteadas, mantendo-se intocável a mancha de *obô* na maior parte da ilha, sobretudo a Sudoeste e em toda a vasta zona central. Aí, à pujança da floresta tropical, juntava-se um relevo vigoroso com cerca de dez picos a aproximarem-se dos mil metros e um deles (o Pico de São Tomé) a ultrapassar mesmo os dois quilómetros de altura.

Desde a chegada dos primeiros descobridores que tinha sido evidente, como já começámos a dizer, que a ilha podia oferecer condições excelentes para o cultivo da cana e o fabrico de açúcar. O solo era argiloso e fecundo. O clima, quente, húmido e com uma pluviosidade regular em boa parte da ilha, favorecia o crescimento das plantas e quase dispensava a rega dos canaviais. Além disso, quando se quisessem instalar engenhos, não faltavam rios de bom caudal e abundância de lenha.

Já na primeira carta foral de São Tomé, ou melhor, numa das cartas régias de concessão de privilégios aos moradores que como foral se intitula, se faz refe-

---

5 Embora não seja o local mais adequado, aproveitamos para esclarecer um velho mito, que tem a ver com a ida para ST de um corpo de oficiais mecânicos. Jerónimo Müntzer conta que, em 1494, D. João II lhe afirmara que tinha enviado para a ilha de São Tomé dois impressores alemães (*Itinerário do Dr. Jerónimo Münzer (excertos)*, ed. de Basílio de Vasconcelos, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1932, pp. 59-62). O padre António Brásio comentando esse suposto envio diz que ele pressupõe “um extraordinário desenvolvimento cultural e literário em África, nem de outro modo é compreensível e explicável que se tenha ido da Alemanha tentar ali a fortuna com a arte” (Padre António Brásio, “Política do espírito no Ultramar Português”, in *Portugal em África*, 2ª série, ano VI, nº 31, Jan.-Fev. 1949, p. 24). Ora, se lermos Valentim Fernandes ele esclarece-nos que esses “tipógrafos” (independentemente de o serem ou não) tinha sido como carpinteiros que tinham embarcado para o arquipélago. Diz ele expressamente: “Foi com o dito capitão muita gente de seu grado por seu soldo entre os quais foram dois carpinteiros de minha casa e morreram lá” (*Códice Valentim Fernandes*, leitura paleográfica, notas e índice de José Pereira da Costa, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1997, p. 163).

6 *Códice Valentim Fernandes...*, p. 164; Testamento de Álvaro de Caminha, 24 de Abril de 1499, in Luís de Albuquerque, dir., *A Ilha de São Tomé nos séculos XV e XVI*, Lisboa, Publicações Alfa, 1989, pp. 66-91. O total de 2 000 crianças apontado por Valentim Fernandes parece manifestamente exagerado tendo em conta os meios de transporte utilizados e o que sabemos da presença posterior desses “moços” em São Tomé.

rência à cultura do açúcar que se desejava aí florescesse, como estava a acontecer na ilha da Madeira. A ilha norte-atlântica é, aliás expressamente mencionada no documento: “De todo o açúcar que se na dita ilha [de São Tomé] lavrar nós haveremos o quarto feito e lavrado e do dito nosso quarto se pagará todo o dízimo [...] e o dito quarto pela dita maneira haveremos assim nos méis e cagunchos dos ditos açúcares e das canas-de-açúcar que em canas se houverem de vender ou carregar para fora, segundo foral e costume da ilha da Madeira”<sup>7</sup>. O facto de a Fazenda Real assumir pagar o dízimo à Igreja da parte a que tinha direito (o seu “quarto”), o que não acontecia com outras mercadorias, pode ser entendido como um incentivo à produção açucareira.

O certo é que o fabrico do açúcar e provavelmente também a própria cultura da cana não passaram do papel ou de ensaios pontuais nessa primeira fase da colonização. O capitão donatário Álvaro de Caminha e aqueles que o acompanharam, em 1493, voltaram a ser contemplados com privilégios para a produção de açúcar, nomeadamente a propósito das mercadorias que conduzissem a São Jorge da Mina<sup>8</sup>. Mais, Caminha levou consigo as caldeiras e outros utensílios de cobre necessários para a montagem de mais de um engenho de açúcar. E fez-se acompanhar de, pelo menos, um “mestre de açúcares”, talvez ido da ilha da Madeira, que morreu, contudo, pouco depois de um ano em São Tomé<sup>9</sup>.

Desta vez, é seguro que se cultivaram campos de cana (talvez ainda limitados) e fizeram-se experiências para produção de açúcar. Em 1494, D. João II gabou entusiasmado a um alemão de passagem (Jerónimo Müntzer) as “plantações de cana-de-açúcar” em São Tomé, acrescentando que as canas cresciam três vezes mais que na ilha da Madeira (de novo a comparação inevitável) e que produziam bom açúcar<sup>10</sup>.

Ao entusiasmo régio não corresponderam avanços equivalentes no terreno e não progrediram nem a produção de cana nem a sua transformação industrial.

É verdade que tinham sido distribuídos terrenos em sesmaria a particulares e o próprio capitão Álvaro de Caminha mandara “fazer terras”, isto é, arrotear maninhos, pelo menos na zona das Cinco Ribeiras, no rio do Ouro e no rio do Lagarto. Algumas dessas terras eram, talvez, destinadas à cultura da cana-de-açúcar, mas, em 1499, no seu testamento, só fala em engenhos como algo a haver num futuro indeterminado<sup>11</sup>. E, no mesmo ano, o seu primo e putativo sucessor Pêro Álvares de Caminha era ainda mais explícito sobre a situação da agricultura em

---

7 Carta de foral ao capitão e moradores da ilha de São Tomé, 16 de Dezembro de 1485 (*PMA*, vol. I, pp. 349-352).

8 Carta régia de 11 de Dezembro de 1493 (*PMA*, vol. II, pp. 135-136).

9 Testamento de Álvaro de Caminha, *cit.*, p. 73.

10 *Itinerário do Dr. Jerónimo Münzer ...*, pp. 59-62.

11 Testamento de Álvaro de Caminha, *cit.*, p. 76.

São Tomé, afirmando que “na ilha não há [mais] que semear inhames e cocos<sup>12</sup> e colhê-los sem outro proveito”<sup>13</sup>. Quer isto dizer que os são-tomenses, se já é possível invocá-los desta forma, que faziam agricultura, se dedicavam sobretudo à produção de mantimentos destinados não só ao auto-consumo, mas para sustentar os seus escravos e vender aos navios que levavam escravos para fora. Mas, mesmo assim, a produção de alimentos era insuficiente e, muitas vezes, com os escravos trazidos do estuário do Níger, havia que importar também os mantimentos<sup>14</sup>.

Vejamos um caso concreto. No princípio de Novembro de 1504, morreu, em São Tomé, Álvaro Borges, com alguma coisa de seu. Podemos, sem grande margem de erro, pensar que se tratava de um degredado que tinha organizado a sua vida na ilha e recebido terras em sesmaria. De facto, possuía uma “roça” (já é assim que é designada) “com sua sementeira, que está no ribeirão de Diogo Pinto”. Não sabemos qual era a sementeira, mas o mais provável é que fosse inhame e, eventualmente, milho (de ambos tinha armazenada alguma quantidade em sua casa). Possuía ainda vários escravos, a maior parte empregues, com certeza, na exploração da roça. Sem contar as crianças de peito, dispunha de 9 mulheres e de 3 homens e 5 moços (alguns muito novos). Em dois pontos diferentes da propriedade, tinha criação de porcos (uma dezena) e de galinhas (à volta de trinta)<sup>15</sup>.

Tendo morrido sem herdeiros conhecidos na ilha, os seus bens foram vendidos em hasta pública. A propriedade (fora os animais) foi comprada por Diogo Fernandes por 13 000 réis, o que mostra o pouco valor da terra, se tivermos em conta que bastaram dois dos seus escravos para ultrapassarem, em conjunto, esse valor<sup>16</sup>. Numa ilha pouco explorada e onde era possível conseguir gratuitamente terras em sesmaria, apenas as benfeitorias eram motivo de valorização. Será preciso esperar pelo *boom* do açúcar para assistirmos a um maior interesse pela propriedade fundiária, desde que bem localizada.

Cerca de 1506, quando passou por São Tomé o informador de Valentim Fernandes, viu grandes canaviais de açúcar e canas maiores do que as da ilha da Madeira<sup>17</sup> “de que já fazem melaço<sup>18</sup> e daqui avante quer o capitão [Fernão de Melo]

---

12 “Falso inhame” ou “inhame da Madeira” (*Colocasia esculenta*) que em São Tomé também é chamado “micoco” ou “matabala”. Não confundir com o fruto do coqueiro.

13 Carta de Pedro Álvares de Caminha, 30 de Julho de 1499 (*DP*, vol. III, p. 545).

14 *Ibid.*, p. 544.

15 TT, *Corpo Cronológico*, II, 15-77, Inventário dos bens pertencentes a Álvaro Borges, 4 de Novembro de 1507. Publicado em *PMA*, vol. V, pp. 221-243.

16 *Ibid.*, pp. 241-242.

17 Valentim Fernandes já ouvira isto ao rei D. João II, uma vez que fora ele o intérprete de Jerónimo Múntzer, na viagem deste a Portugal.

18 O melaço é o sumo da cana concentrado antes de atingir o ponto de cristalização. O fabrico de melaço já exigia instalações com alguma especialização. Podemos pôr a hipótese que estivessem já instalados os primeiros engenhos movidos a animais e algum sistema de caldeiras. Mas,

mandar fazer açúcar”<sup>19</sup>. Além dos canaviais (cuja cana, à falta de transformação industrial capaz, devia ser usada sobretudo para alimentação dos animais<sup>20</sup>), o que sobressaía eram as roças de média dimensão (com catorze e mais escravos “que lhe trabalham e roçam e criam inhames e milho”), propriedade de degredados ou de negros forros<sup>21</sup>, produzindo inhames e milho “com que ganham bem”<sup>22</sup>. Em data próxima de Valentim Fernandes, Duarte Pacheco Pereira elogia o tamanho das canas-de-açúcar, “em tanta vantagem das outras partes que não pode mais ser”<sup>23</sup> mas também não dá qualquer notícia sobre o fabrico de açúcar.

O que é estranho é que durante um período de tempo relativamente longo (cerca de vinte anos), apesar das boas condições naturais, apesar das experiências positivas no cultivo da cana, apesar do interesse político, apesar da previsível rentabilidade do negócio, não se tivesse avançado com a instalação de engenhos de água e a produção de açúcar em larga escala.

A principal razão só pode ser a da inadequação do único modelo de produção açucareira que se conhecia (o modelo a que, por facilidade chamaremos “madeirense” ou, com mais rigor, mediterrânico) às condições da ilha. Não só o desmatamento dos terrenos se revelava complicado e a floresta tropical voltava a reivindicar os seus direitos à mínima desatenção, como o número de agricultores experientes era pequeno e não se podia dispor da mão-de-obra tecnicamente qualificada que, na Madeira, se obtinha entre os assalariados.

Em São Tomé, iria ser necessário montar um tipo de empresa totalmente diferente que requeria cumulativamente (além da terra, que não era difícil obter): um número apreciável de força de trabalho escrava; uma percentagem de mão-de-obra especializada; meios técnicos só disponíveis na Europa; e, finalmente, garantia de mercados para distribuição e exportação do açúcar.

---

nesse caso, não se percebe que não se avançasse para o fabrico de açúcar. O mais provável é que o melaço referido fosse obtido por meio de moendas manuais e ainda em quantidades irrelevantes.

19 *Códice Valentim Fernandes...*, p. 176.

20 O chamado “piloto anónimo” dizia, cerca de 1540: “O bagaço das canas é deitado aos porcos que são em grande número, não comem outra coisa senão a dita cana e engordam desmedidamente” (*Viagens de um piloto português do século XVI à costa de África e a São Tomé*, introdução, tradução e notas de Arlindo Manuel Caldeira, Lisboa, 2000, p. 108).

21 O autor chama a estes últimos “cativos ricos” e, no capítulo imediatamente anterior, explica que se trata das escravas ou escravos (inversamente ao sexo dos europeus recém-chegados) que tinham sido entregues, por ordem régia, a cada degredado. Será dessas relações que nascerá a primeira geração de mestiços, que teve um importante papel social na ilha. Alguns dos antigos escravos, muitos já alforriados, tornar-se-ão proprietários por morte dos respectivos companheiros de mancebia. Por maioria de razão, o mesmo acontecia com os filhos, que eram frequentemente legitimados.

22 *Códice Valentim Fernandes...*, p. 164.

23 Duarte Pacheco Pereira, *Esmeraldo de situ orbis. Côte occidentale d’Afrique du Sud Marocain au Gabon*, trad. e notas Raymond Mauny, Bissau, Centro de Estudos da Guiné Portuguesa, 1956, pp. 154-156.

Tudo isto exigia, além de bons contactos no continente europeu, um volume de capitais que raros desses moradores possuiriam. Os poucos com disponibilidades financeiras (os capitães e alguns mercadores estantes) mostravam-se mais interessados no tráfico de escravos<sup>24</sup>, que proporcionava lucros imediatos, do que em investir num tipo de iniciativas, que poucos dominavam, na área do que virá a chamar-se capitalismo agro-industrial. Também já foi proposto que o atraso para a introdução da fase de fabrico se deveria a uma conjuntura internacional de baixa dos preços do açúcar, o que não estimularia novos investimentos, hipótese sugestiva mas difícil de demonstrar<sup>25</sup>.

Em 1515, refere-se, pela primeira vez, numa doação de terras em sesmaria, a intenção de construir “um engenho que fosse de água”. Tratava-se de um mato maninho no Ribeirão das Facas e o beneficiado era Domingos Fernandes, morador em São Tomé e carpinteiro<sup>26</sup>. O facto de se intitular “morador” leva a crer que fosse um residente na ilha, provavelmente um dos “moços judeus” sobreviventes e, sendo carpinteiro (sabemos que alguns desses jovens aprenderam o ofício<sup>27</sup>), isso facilitava-lhe naturalmente o trabalho de montagem do engenho, o que não era pouco numa ilha em que sempre faltavam os artífices especializados.

Não podemos saber se pertenceu a Domingos Fernandes o primeiro engenho de água instalado na ilha, mas, seja como for, todas as informações disponíveis apontam para a primeira leva significativa de povoadores. Em 1550, Damião Lopes, um proprietário mestiço com uma história de grande agitação na ilha, nessa altura já com filhos feitos e filhas casadoiras, evocava numa petição ao rei, os serviços prestados por seu pai em São Tomé, onde, ao que dizia, fora ele quem “inventara o fazer dos açúcares e que primeiro o[s] fizera”<sup>28</sup>. Embora não possa-

---

24 Em data anterior a 1510, Fernão de Mello, capitão de São Tomé, fizera mesmo um contrato com o monarca para o resgate de escravos e pimenta na costa africana (Carta régia de 9 de Dezembro de 1510, *PMA*, vol. V, p. 729). Por essa data, os navios do capitão aparecem quer no Benim quer no Congo participando no tráfico de escravos.

25 Jacques-Dominique Benoist, *São Tomé et Príncipe: L'aménagement colonial d'un écosystème équatorial insulaire*, Mémoire de D.E.A. d'Etudes Romanes, Universidade de Rennes 2, 2002 (policopiada), p. 178.

26 TT, *Chancelaria de D. João III*, Doações, L. 48, fl. 71-71v, 15 de Setembro de 1515, *apud* Catarina Madeira Santos, «A formação das estruturas fundiárias e a territorialização das tensões sociais: São Tomé, primeira metade do século XVI», *Studia*, nº 54/55, 1996, p. 65.

27 Referindo-se aos moços que tinham ido com Álvaro de Caminha, o seu primo Pêro Álvares de Caminha, pretendente à sucessão na capitania, afirma que, logo pela manhã, “obram de seus ofícios, uns de carpinteiros, outros pedreiros e assi os outros” (Carta de Pedro Álvares de Caminha, 30 de Julho de 1499, *DP*, vol. III, p. 546).

28 TT, *Chancelaria de D. João III*, Perdões e Legitimações, Livro 18, fl. 131, 21 de Agosto de 1550.

mos saber se Domingos Fernandes era o pai de Damião Lopes, um e outro eram, seguramente, da mesma geração.

Na documentação, a primeira referência a engenhos de açúcar já instalados só surge em 1517, dois anos depois da doação referida : “as roças vão em crescimento e os engenhos de açúcar [também]. Porque há aqui agora somente dois e fazem-se três com o dos tratadores [contratadores] que é grande. E assi há grande aparelho, assi de ribeiras como de lenha, para se fazerem muitos. E as canas, as mais façanhosas que em minha vida vi”<sup>29</sup>.

No mesmo ano de 1517, em Veneza, Alexandre Zórzi escrevia uma relação sobre a costa de África em que dizia, a propósito da ilha de São Tomé: “*In modo che hora hanõ ridutu 3 lochi dove sã maistrãze che fanõ Cucharo che prima i tuti paesi de neri nõ sapeuõ fare*”<sup>30</sup>. Sabendo que a relação foi redigida a partir de informações portuguesas e que estas dificilmente podiam ser posteriores a 1516, podemos apontar esta data como a de início de instalação do terceiro engenho e a dos dois outros como imediatamente anterior.

Os dois primeiros “moinhos de açúcar” eram particulares, devendo-se, muito provavelmente, como vínhamos dizendo, a proprietários pertencentes à leva de moços “judeus” idos com Álvaro de Caminha, os quais tinham recebido não só terras e formação técnica, como tinham herdado do capitão os “cobres” (caldeiras e outra utensilagem)<sup>31</sup> essenciais para essa actividade. Deve ter havido, porém, investimentos externos que podemos atribuir ao grupo de cristãos-novos com interesses comerciais na ilha e que tinham ligações às praças europeias (já voltaremos a este assunto).

Como informa o corregedor da ilha de São Tomé, um terceiro engenho de água, já com dimensão significativa, estava, em 1517, a ser levantado pelos “contratadores”. Entre os anos de 1514 e 1519 o contrato dos direitos régios (o “trato”) esteve arrendado a Pêro Álvares Gentil, Fernão Castilho e Duarte Belo<sup>32</sup>, armadores e comerciantes da praça de Lisboa, que tinham resolvido, portanto, investir

---

29 Carta do corregedor Bernardo Segura para o rei, 15 de Março de 1517 (*MMA*, 1ª série, vol. I, p. 389).

30 F. Leite de Faria e A. Teixeira da Mota, *Novidades náuticas e ultramarinas numa informação dada em Veneza em 1517*, Lisboa, Memórias da Academia das Ciências, 1977, p. 22.

31 No seu testamento, Caminha determina expressamente: “E assi deixo aos ditos moços todas as vasilhas de cobre que em minha casa houver: caldeirões, tachos, caldeirinhas e potes [...] e também lhes fique todo o outro cobre dos engenhos de açúcar, o qual eles venderão e o terão mui bem guardado até haver engenhos e açúcar” (Testamento, *cit.*, p. 76).

32 Pedro José Paiva da Cunha, *A organização económica em São Tomé: do início do povoamento a meados do século XVII*, Dissert. de mestrado não publicada, Universidade de Coimbra, 2).001, p. 123; C. M. Santos, «A formação das estruturas fundiárias...», p. 79; Carta de Bernardo Segura para o rei, 15 de Março de 1517 (*MMA*, 1ª série, vol. I, p. 380).

na ilha os lucros que o controlo do comércio de escravos lhes proporcionava. As possibilidades de financiamento na Europa e o bom conhecimento dos mercados eram, por certo, outros factores que jogavam a seu favor quando decidiram participar no fabrico e exportação do açúcar.

Quase simultaneamente também a Coroa manifestou interesse económico directo pela ilha de São Tomé, nas duas áreas que estavam a revelar-se mais lucrativas: o tráfico de escravos e a produção de açúcar.

Entre 1518 e 1520, o exclusivo do fornecimento de escravos à Mina fora entregue a um dos contratadores dos direitos régios, Duarte Belo<sup>33</sup>. No entanto, em 8 de Fevereiro de 1519, o rei resolveu assumir directamente essa função, através dos seus agentes em São Tomé (feitor, recebedor, etc). Ao mesmo tempo, o monarca dava também ordens ao seu feitor, nesta altura Álvaro Frade, que tinha sido desembargador na ilha, para que interviesse na produção de cana e no fabrico do açúcar. A prova de que se tratava de uma inflexão na política económica da coroa (que até aí delegara nos capitães-donatários uma empresa que era sobretudo de povoamento) é que a Fazenda Real não dispunha de quaisquer fazendas na ilha. Por isso, e para poder avançar mais rapidamente com a produção, Álvaro Frade comprou fazendas já arroteadas, “as mais aptas e na melhor comarca de canas que na ilha havia”, e apenas não arrancou de imediato com a construção de um engenho por lhe faltar carpinteiro (a tradicional carência de mão-de-obra especializada)<sup>34</sup>.

Em 1522, foi extinta a capitania da ilha de São Tomé e integrada nos bens da coroa. Claro que havia bons argumentos. O capitão donatário João de Mello era acusado de várias ilegalidades que levaram a que fosse condenado, por sentença de 19 de Dezembro de 1522, a degredo perpétuo para a ilha do Príncipe e à perda “da dita capitania [de São Tomé] para nós dela podermos fazer o que houvermos por mais nosso serviço”<sup>35</sup>. No entanto a incorporação da ilha no domínio directo da Coroa numa conjuntura de prosperidade em que se iniciava uma intervenção activa da Fazenda Real na economia são-tomense parece mais do que coincidência. Aliás João de Mello e os seus descendentes aceitaram com dificuldade a decisão, conduzindo a uma pendência que duraria décadas e obrigaria a Coroa a dar-lhes compensações significativas<sup>36</sup>.

---

33 J. Ballong-Wen-Mewuda, *São Jorge da Mina...*, vol. I, pp. 325 e 338.

34 TT, *Corpo Cronológico*, I-26-15, fls. 4v-5, 9 de Maio de 1520, ap. C. M. Santos, «A formação das estruturas fundiárias...», p. 69.

35 *As Gavetas da Torre do Tombo*, introd. A. da Silva Rego, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1960-1977, vol. 3º, Gav. XIII-XIV, p. 12.

36 TT, *Chancelaria de D. Sebastião e D. Henrique*, Privilégios, Livro 1, fl. 192, 17 de Julho de 1558; *Ibid.*, Doações, Livro 13, fls. 290-290v, 17 de Agosto de 1564; *Ibid.*, *Chancelaria de D. Filipe I*, Doações, Livro 4, fl. 318, 12 de Fevereiro de 1584.

O interesse régio pela produção de açúcar ia a par com o de outros investidores, o que deve ter sobressaltado os moradores proprietários na ilha.

Tendo enviado, em 1524, os seus procuradores a Lisboa, conseguem que o rei mande proibir o cultivo de cana-de-açúcar em todas as terras que viessem a ser dadas de sesmaria depois de Junho de 1522. Com esta medida, inserida num conjunto de privilégios a que chamaram “foral”, os proprietários há mais tempo na ilha, eles próprios grandes ou médios produtores, pretendiam evitar que a concorrência dos recém-chegados fizesse baixar excessivamente o preço da cana numa época em que a capacidade industrial era ainda limitada<sup>37</sup>. A verdade é que a referida limitação não foi respeitada (continuaram a ser dadas terras em sesmaria com indicação expressa de se destinarem ao cultivo de cana-de-açúcar) e que, ao que sabemos, isso não provocou novos protestos dos moradores, pois o rápido aumento da capacidade de fabrico de açúcar passara a poder processar toda a cana susceptível de ser cultivada e o mercado europeu mostrava-se capaz de absorver toda essa produção. Aliás, como estímulo à transformação e saída do produto acabado, os moradores tinham conseguido, no referido “foral”, uma diminuição da carga fiscal, com as taxas de exportação a baixarem de 25% (“o quarto”, em vigor desde 1485) para “de treze dois, entrando nisto o dízimo”, isto é, dois treze avos (15,4%) limpos.

Em 1525, havia já um engenho pertencente ao rei em funcionamento, o engenho do Cabo Verde, com uma produção anual de, pelo menos, mil arrobas<sup>38</sup>. Mas pretendia-se muito mais do que isso.

João Lobato, o feitor régio que, em 1527, é enviado para São Tomé, leva no seu regimento a incumbência de instalar nada menos de 12 engenhos por conta da Fazenda Real. Só as circunstâncias locais o obrigaram a moderar a ambição. Já no terreno, o feitor apenas promete fazer quatro engenhos até 1529. E, quando escreve em Abril de 1529, já só espera ter prontos, nesse ano, três engenhos e mais dois no ano seguinte<sup>39</sup>. Na realidade, ao todo, só serão levantados dois (nas fazendas Santo António e Santa Cruz, na Praia Preta<sup>40</sup>), embora muito produtivos, a juntar ao já anteriormente existente (Cabo Verde).

A par do apetite da coroa, outras figuras da corte mostram interesse pelo açúcar de São Tomé. Em 1526, o conde de Penela, D. João de Vasconcelos e Meneses

---

37 Não é impossível que estivesse também nas suas preocupações o frágil equilíbrio entre a produção para exportação e a produção de mantimentos, indispensável não só para a alimentação dos habitantes (escravos incluídos) mas também para o sustento das “armações” que, em número cada vez mais amplo, eram concentradas na ilha e exportadas a partir daí.

38 Foi essa quantidade que nesse ano foi enviada para Lisboa (TT, *Corpo Cronológico*, II-128-69, 15 de Dezembro de 1525).

39 Relatório de João Lobato, 13 de Abril de 1529 (MMA, 1ª série, vol. I, p. 510-518).

40 MMA, 1ª série, vol. IV, p. 324.

(ou D. João de Meneses de Vasconcelos), que no ano seguinte seria nomeado vedor da Fazenda Real<sup>41</sup> e que virá a ter também interesses em Cabo Verde<sup>42</sup>, recebeu terras de sesmaria, com suas ribeiras, para que pudesse fazer, ”à sua própria custa e despesa, três engenhos de açúcar e plantar canas que abastem para eles”<sup>43</sup>.

No mesmo ano de 1526, também o escrivão da Fazenda Damião Dias, um cristão-novo nobilitado por D. João III<sup>44</sup>, surge a receber terras de sesmaria onde podia instalar um engenho de açúcar<sup>45</sup>.

Mas há outros casos, embora mais tardios. No último quartel do século XVI, Francisco de Faria<sup>46</sup>, executor-mor do reino, escrivão da fazenda real e comendador da Ordem de Cristo, era dono de uma propriedade dedicada à produção de açúcar na Praia das Conchas e o fidalgo Manuel Nunes da Costa possuía as roças Praia Melão e Praia Preta<sup>47</sup>, todas em São Tomé. Ambos residiam em Lisboa.

Em São Tomé vai tornar-se uma constante o absentismo dos proprietários, como se verifica em todos os casos citados. E, em 1532, vemos também Francisco Pais do Amaral, que fora corregedor em São Tomé, nomear em Lisboa os seus procuradores para administrarem o engenho que deixara na ilha<sup>48</sup>.

O empenho manifestado pela Corte e pelo alto funcionalismo régio em relação à terra em São Tomé mostra como a exploração do açúcar se tornara uma empresa muito lucrativa, que aqueles que podiam ter facilmente acesso à propriedade fundiária e ao financiamento externo não queriam deixar de aproveitar.

Quem não consegue ou não quer recorrer às terras de sesmaria pode também adquirir a propriedade fundiária através de compra. Foi o que fez um outro cristão-

---

41 TT, *Chancelaria de D. João III*, liv. 30, fl. 160 v., apud Maria Leonor García da Cruz, *A governação de D. João III : a fazenda real e os seus vedores*, Lisboa, Centro de História da Universidade, 2001, p. 226.

42 O Conde de Penela recebeu, em 20 de Abril de 1528, a capitania da ilha do Fogo e, em 24 de Maio do mesmo ano, os rendimentos dos montados e terras maninhas dessa ilha, por morte dos respectivos proprietários (*MMA*, 2ª série, vol. II, pp. 208-213).

43 TT, *Chancelaria de D. João III*, Livro 42, fl. 32v, Alvará régio de 26 de Março de 1526, confirmado em 4 de Dezembro de 1529.

44 O seu filho Duarte Dias de Meneses, fidalgo da Casa Real e secretário de D. Sebastião, virá a morrer em Alcácer-Quibir (Francisco António Dória, *De Génova ao Brasil*, 2002, p. 46. WEB, 20 de Setembro de 2011).

45 TT, *Chancelaria de D. João III*, Livro 42, fl. 94v-95, Alvará régio de 17 de Agosto de 1526, confirmado em 7 de Maio de 1529.

46 Trata-se de Francisco de Faria Severim, familiar próximo (tio?) do erudito padre Manuel Severim de Faria.

47 Jorge Fonseca, *Escravos e senhores na Lisboa quinhentista*, Lisboa, Colibri, 2010, p. 135.

48 TT, *Corpo Cronológico*, II-44-118, 28 de Março de 1530 e II-174-24 de 13 Março de 1532.

-novo, Diogo Fernandes<sup>49</sup>, mercador em Lisboa, que, em 1524, adquiriu em hasta pública, por 70 mil reais, uma roça que pertencera a Álvaro Afonso de Araújo.

O interesse que alguns cristãos-novos demonstram em participar directamente na produção do açúcar, leva-nos a uma questão que já antes afluímos: os capitais que estão por detrás do arranque da produção açucareira em São Tomé pertenciam maioritariamente a cristãos-novos, os quais se apoiavam na rede das relações familiares e estavam ligados a interesses importantes do comércio internacional. Esses capitalistas intervinham quer a montante, sustentando o investimento que, como atrás, dissemos, era condição *sine qua non* para a instalação de uma exploração agro-industrial deste tipo, quer a jusante, garantindo o escoamento para o mercado nacional e para a Europa do Norte.

Em 1529, o feitor régio João Lobato, que se comprometera com a tarefa quase impossível de instalar doze engenhos por conta da Fazenda Real, lamentava o ambiente hostil que, na ilha, lhe dificultava a acção, devido ao receio, deixa ele entender, da concorrência que daí decorreria. O feitor queixava-se, primeiro que tudo, do corregedor Bernardo Segura, também ele proprietário de terras<sup>50</sup>, que fora para São Tomé, como ouvidor-geral, em 1516 e se deixara ficar pela ilha desempenhando vários cargos públicos e embrenhando-se profundamente nos negócios locais. Quem rodeava o corregedor, acusava Lobato, era um grupo de mercadores<sup>51</sup> ricos todos cristãos-novos que, ao que se deduz, receavam que a iniciativa régia na área dos açúcares comprometesse as iniciativas que eles protagonizavam<sup>52</sup>.

Aliás, tanto quanto podemos saber, eram cristãos-novos quem assumia, no terreno, a direcção dos negócios do açúcar, quer com iniciativas próprias quer como procuradores dos grandes proprietários absentistas<sup>53</sup>.

A presença do capital cristão-novo na economia de São Tomé e a sua ligação

---

49 Um Diogo Fernandes (o mesmo?), que em 1520 residia ainda em São Tomé, era um dos moços judeus enviados para a ilha no tempo de D. João II, da mesma forma que João de Lagos, que foi o seu procurador na ilha para esta transacção (*MMA*, 1ª série, vol. I, p. 500). Um outro (o mesmo?) Diogo Fernandes, cristão-novo, foi para o Brasil em 1542, para, com um sócio, instalar o engenho de Camaragibe (Pernambuco), um dos primeiros do Brasil. Era casado com Branca Dias, que ficou conhecida pela vida atribulada e pelo processo por judaísmo que lhe moveu a Inquisição.

50 O rei concedera licença a Bernardo de Segura, “sem embargo” de ele ser corregedor e feitor em São Tomé, para que pudesse fazer uma roça e nela “engenho de moer açúcar com sua levada como os lá têm feitos algumas pessoas e assim como os agora podem fazer os moradores da dita ilha (TT, *Chancelaria de D. Manuel*, Livro 46, fl. 204, 15 de Outubro de 1522).

51 Embora na transcrição do padre Brásio seja usado o vocábulo “mercadores” parecer-nos-ia mais adequado ao contexto, embora não tenhamos podido consultar o manuscrito, o termo “moradores”, o que, de qualquer forma, não altera a nossa interpretação.

52 Relatório de João Lobato, 13 de Abril de 1529 (*MMA*, 1ª série, vol. I, p. 511).

53 Sobre o assunto, embora para um período ligeiramente mais tardio, ver Artur Teodoro de Matos, “Os donos do poder e a economia de São Tomé e Príncipe no início de Seiscentos”, *Mare Liberum*, nº 6, Dezembro 1993, pp. 179-187.

às grandes redes internacionais, nomeadamente do Norte da Europa, surge-nos de forma ainda mais flagrante nos negócios que, a esse propósito, são estabelecidos com a Fazenda Real.

Em 1525, Diogo Rodrigues Pinto, comprou mil arrobas de açúcar provenientes de São Tomé, “do engenho que el-Rei, nosso senhor, tem na dita ilha” ao preço de 500 reais a arroba. Comprou-as, em Lisboa, sem desencanaixotar, pelo que se calculou uma quebra de cinco por cento e se retirou um arrátel para a palha que envolvia os pães. Apuraram-se, assim, 920 arrobas e dez arrátéis que foram vendidas por 460 157 reais.

Quem era o comprador? Diogo Rodrigues Pinto era um dos mais influentes mercadores cristãos-novos da praça lisboeta<sup>54</sup>. Em 1531 aparece, com Diogo de Torres, associado aos negócios de “pastel granado” dos Açores<sup>55</sup>. Em 1533, era rendeiro das ilhas desse arquipélago e tinha um contrato com a Fazenda Real para abastecer de trigo as praças portuguesas do Norte de África. Nesse ano, quando se adensam as ameaças aos judeus e cripto-judeus, abandonou inesperadamente Portugal, acompanhado por seu irmão João Pinto<sup>56</sup>. Em 1535 já estava em Roma, protegido pela família Farnese, tornando-se, com Duarte da Paz, uma espécie de representante dos cristãos-novos junto do Vaticano mas continuando a manter boas relações com os ministros de D. João III<sup>57</sup>.

Em 1526, a Coroa voltou a negociar a saída dos seus açúcares. Desta vez, foi Duarte de Loronha [ou Noronha] quem comprou ao monarca todo o açúcar que ele possuía na ilha de São Tomé, por três anos (1526, 1527 e 1528). De acordo com o contrato de compra, Noronha podia nomear parceiros e escolheu (ei-lo de novo) Diogo Rodrigues Pinto a quem “trespassa” cinco mil arrobas de açúcar (2500 referentes a 1527 e outras 2500 a 1528). Pinto tinha os seus procuradores em São Tomé, os quais deviam entregar a carga a Duarte Belo, em cuja nau seria levado o açúcar à Flandres ao cuidado de Diogo Mendes, aí estante.

---

54 Diogo Pinto era familiar (filho?) de Duarte Rodrigues Pinto que, entre 1505 e 1507, tivera arrendadas as ilhas dos Açores, numa sociedade de que faziam parte Martim de Almeida, António de Spínola e Diogo Martins (*PMA*, vol. V, 14 de Julho de 1509, pp. 551-552). Há um outro Duarte Rodrigues Pinto, irmão de Diogo, que veio a ser um dos líderes da comunidade de cristãos-novos em Antuérpia e em Ferrara (Aron Di Leone Leoni, *The Hebrew Portuguese nations in Antwerp and London at the time of Charles V and Henry VIII*, Jersey City, N.J., KTAV Publishing, 2005, pp. 81-82).

55 TT, *Corpo Cronológico*, II-167-78.

56 Maria Leonor García da Cruz, *A governação de D. João III : a fazenda real e os seus vedores*, Lisboa, Centro de História da Universidade, 2001, pp. 230-231; J. D. M. Ford, *Letters of John III king of Portugal : 1521-1557*, Cambridge, Harvard University Press, 1931, pp. 128-129 e 151.

57 Alexandre Herculano, *História da origem e estabelecimento da inquisição em Portugal*, ed. de David Lopes, Lisboa, Bertrand, 1850, vol III, pp. 78 e 133.

Vejamos quem são os protagonistas deste contrato.

De Duarte de Loronha sabemos que servira em 1518 como feitor da sisa dos panos de Lisboa<sup>58</sup>, mas, mais importante do que isso, era filho de Fernando (ou Fernão) Loronha, activo mercador cristão-novo, cavaleiro da Casa Real, que tivera por duas vezes o monopólio do comércio do pau-brasil, fora um dos primeiros a conseguir o contrato de abastecimento de escravos e vinho a São Jorge da Mina e dispusera, ao mesmo tempo, do monopólio da pimenta da Guiné<sup>59</sup>.

Duarte Belo era um abastado armador, não sabemos se cristão-novo, que, já vimos atrás, surgia, com outros sócios, como rendeiro dos direitos régios (1514-1519) e à frente do contrato de fornecimento de escravos a São Jorge da Mina (1518-1519).

Diogo Mendes, por sua vez, era, tão só, o mais rico e respeitado dos cristãos-novos portugueses<sup>60</sup>. Tendo-se fixado em Antuérpia, controlava a partir daí o comércio mundial das especiarias, mantendo, apesar das suas indesmentíveis ligações ao judaísmo, relações privilegiadas com o rei de Portugal, de quem era credor<sup>61</sup>. Quando, em 1532, foi preso na Flandres, por acusações de carácter religioso e financeiro e viu sequestrados os seus bens, D. João III interveio pessoalmente junto de Carlos V com vista à sua libertação<sup>62</sup>.

Neste contrato do açúcar de São Tomé, Duarte Noronha parece ter apenas um papel de intermediário, pois além de ter deixado boa parte do negócio a Diogo Rodrigues Pinto, passou a novidade dos açúcares de 1528 ao financeiro alemão Jorge Erbert<sup>63</sup>. Por sua vez, este e os seus sócios arrendaram, em 1529, o contrato de abastecimento de escravos à Mina nos anos de 1530-1532, comprometendo-se

---

58 Cardeal Saraiva, *Obras completas*, Tomo IV, Lisboa, Imprensa Nacional, 1875, p. 344.

59 *PMA*, vol. V, doc. 151, 15 de Junho de 1509, pp. 541-542; John Vogt, *Portuguese rule on the Gold Coast, 1469-1682*, Athens, The University of Georgia Press, 1979, p. 73. Em 1508, Álvaro Vasques, feitor régio na Flandres, vendia a Jerónimo Frescobalde 3862 libras de malagueta, enviada, ensacada, de Lisboa, por Fernão de Loronha (*PMA*, vol. V, doc. 111, 28 de Agosto de 1508, p. 290).

60 Diogo Mendes era irmão e sócio de Francisco Mendes, o marido da célebre Gracia Nasi. Os dois irmãos estavam ligados ao comércio das especiarias, tendo-se Diogo estabelecido em Antuérpia em 1512, enquanto o irmão Francisco se mantinha em Lisboa. Além das operações comerciais, Diogo Mendes dedicava-se também a actividades financeiras, tendo emprestado dinheiro a vários monarcas e mantido relações privilegiadas com os Fugger, os Affaitadi e os Hoechstetter (A. A. Marques de Almeida, *Capitais e capitalistas no comércio da especiaria: o eixo Lisboa-Antuérpia, 1501-1549: aproximação a um estudo de geofinança*, Lisboa, Cosmos, 1993, pp. 45-47).

61 Alexandre Herculano, *História da origem...*, cit., vol. II, p. 59; *Encyclopaedia judaica*, Jerusalém, Keter Publishing House, 1971, vol. 11, p. 1346.

62 TT, *Corpo Cronológico*, I/49/87, Carta de 28 de Agosto de 1532.

63 TT, *Corpo Cronológico*, I/47/76, 20 de Outubro de 1531. Em 1510, um Cristóvão Herbert, por certo familiar de Jorge, tinha um contrato para fornecimento de peças de cobre à feitoria portuguesa na Flandres (*PMA*, vol. V, doc. 224, 13 de Outubro de 1510, pp. 717-718).

a fornecer anualmente à feitoria-fortaleza 500 escravos e todos os *coris e contas pardas* de que ela necessitasse<sup>64</sup>, o que significava passar a dominar os circuitos comerciais entre São Tomé, a Mina e a costa do Benim.

Através da internacionalização dos capitais investidos e da diversificação dos mercados de destino, São Tomé entrava na sua fase industrial e capitalista da produção de açúcar, tendo-se tornado, em meados do século XVI, o principal produtor mundial<sup>65</sup>, por muito que isso tenha custado aos lavradores de cana da ilha da Madeira<sup>66</sup>.

Claro que, também em São Tomé, havia problemas por resolver, alguns de carácter estrutural, que, a seu tempo, iriam pôr em causa a possibilidade de competição com futuros concorrentes. Mas isso ainda parecia muito distante na primeira metade de Quinhentos.

## 2. O trabalho escravo

A dificuldade em promover uma forte emigração europeia para São Tomé e em criar, como a coroa planeava, uma sólida comunidade mestiça<sup>67</sup>, levou a que a colonização portuguesa de São Tomé assentasse, desde o início, no trabalho escravo.

A procura de escravos pelos negociantes africanos que traziam ouro à feitoria da Mina tinha estimulado os portugueses à busca de novos mercados no golfo da Guiné, o que foi concretizado pelo estabelecimento de boas relações com o reino *yoruba* do Benim, com quem os portugueses comerciavam desde 1480, inserindo-se nas redes inter-regionais já existentes<sup>68</sup>. O soberano local (o *oba*) autorizou, em 1486, a instalação de uma feitoria portuguesa em Uगतó (*Gwato* ou *Ughoton*),

---

64 J. Ballong-Wen-Mewuda, *São Jorge da Mina...*, vol. I, pp. 338 e 360.

65 J. H. Galloway, *The Sugar Cane Industry: An Historical Geography from Its Origins to 1914*, Cambridge [UK], Cambridge University Press, 1989, p. 51. Segundo Magalhães Godinho, a produção de açúcar em São Tomé andaria próxima das 123 000 arrobas em 1528, teria crescido para as 136 000 em 1535-1536, passado para 150 000 em meados do século XVI; mais de 175 000 em 1578 e cerca de 200 000 em 1580 (Vitorino Magalhães Godinho, *Os descobrimentos e a economia mundial*, 2ª ed., Lisboa, Presença, vol. IV, pp. 96-97). Embora se trate apenas de estimativas, dão-nos uma ideia aproximada da evolução da produção da ilha durante o século XVI.

66 Em 1527, os produtores da Madeira reclamaram junto da coroa contra o prejuízo que lhes causava o progressivo desenvolvimento da cultura em São Tomé. A resposta definitiva do rei nunca chegou (Alberto Vieira, *Canaviais, açúcar e aguardente na Madeira: séculos XV a XX*, Funchal, Centro de Estudos de História do Atlântico, 2004, p. 68).

67 Arlindo Manuel Caldeira, “Mestiçagem, estratégias de casamento e propriedade feminina no arquipélago de São Tomé e Príncipe nos séculos XVI, XVII e XVIII”, *Revista Arquipélago – História*, vol. XI-XII, Ponta Delgada, 2007-2008, pp. 51-52.

68 Joseph B. Ballong-Wen-Mewuda, “‘Africains et Portugais: tous des négriers’. Aux XV<sup>e</sup> et XVI<sup>e</sup> siècles dans le Golfe de Guinée”, *Cahiers des Annales de la Mémoire*, n° 3, Nantes, 2001, p. 20. Teixeira da Mota, *Novos elementos sobre a acção dos portugueses e franceses em Benim na primeira metade do século XVI*, Bissau, 1952, p. 525.

povoação situada num dos braços do rio Formoso (ou rio do Benim). Inicialmente, foram estabelecidas ligações directas entre o Benim e São Jorge da Mina e entre o Benim e Lisboa mas, à medida que foi sendo povoado o arquipélago de São Tomé e Príncipe, este ganhou o papel de entreposto no comércio de escravos.

A importância de São Tomé como intermediário no comércio de escravos teve também a ver com a instabilidade das relações com o *oba* do Benim, que levaria, aliás, ao encerramento da feitoria de Uगतó cerca de 1506-1507<sup>69</sup>, facto que, embora não significando o corte de relações comerciais, obrigou a diversificar os mercados de abastecimento. Nessas circunstâncias, tornou-se fundamental criar na região um posto de escala, onde se concentrassem e mantivessem os escravos que eram depois encaminhados para os diferentes mercados, de acordo com as necessidades destes.

A posição privilegiada de São Tomé veio a ser oficializada em 1519, data a partir da qual a ilha passou a ter o exclusivo do resgate de escravos com destino a São Jorge da Mina. Desde cerca de 1520, os navios são-tomenses passaram a rumar também ao porto de Santo Domingo<sup>70</sup>, tornando-se um dos fornecedores de escravos para as Antilhas, a braços com uma dramática crise demográfica provocada pela gripe e pela epidemia de varíola de 1518-19, e para outros pontos das Índias Espanholas em *tierra firme*, abastecidos sobretudo através dos portos de Cartagena de Índias e de Vera Cruz. Além disso, continuavam a ser embarcados regularmente escravos para Lisboa, de onde uma parte deles era reexportada para o Sul de Espanha e a bacia mediterrânica.

## 2.1. Precocidade

Foi na ilha de São Tomé que se iniciou um tipo de agricultura a que se chamaria depois de “plantação”<sup>71</sup>, e que veio a generalizar-se nos trópicos coloniais. Caracteriza-se, neste caso, por uma produção em larga escala virada para o mer-

---

69 J. Ballong-Wen-Mewuda, *São Jorge da Mina...*, vol. I, p. 335; A. F. C. Ryder, *Benin and the Europeans, 1485-1897*, Londres, Longman, 1969, p. 33. Um documento de 1510 fala ainda do “nosso feitor do Benim” mas refere-se a anos anteriores, impossíveis de determinar (*PMA*, vol. V, Carta régia de 9 de Dezembro de 1510, p. 729).

70 Existia aí nos anos 30 do século XVI um feitor régio português, embora não saibamos desde quando (TT, *Corpo Cronológico*, II /196/147, Conhecimento de 19 de Dezembro de 1534).

71 Em português a palavra *plantação*, no sentido de exploração agrícola, é um neologismo formado a partir do inglês *plantation*. Até recentemente, o termo mantinha apenas o sentido tradicional de *cultivo*, *plântio*, e as grandes explorações agrícolas coloniais, nomeadamente as açucareiras, que exigiram desbaste da floresta tropical primária e muita força de trabalho, foram chamadas “roças” (termo que se manteve, até hoje, em São Tomé e em Angola) e no Brasil “engenhos” (tomando, por metonímia, o moinho de fabrico de açúcar por toda a propriedade) ou, de uma forma geral, a velha designação portuguesa de “fazenda” (terreno cultivado) que ganhou, ao ser transferido para os trópicos, o sentido de grande propriedade.

cado exterior e em que cada unidade roça/engenho articula o cultivo especializado da cana-de-açúcar<sup>72</sup> com a sua transformação industrial, utilizando quase exclusivamente escravos como força de trabalho<sup>73</sup>.

Este sistema de produção tinha já pouco a ver com o modelo madeirense, que seguia, sem alterações significativas, a tradição mediterrânica. Na ilha da Madeira, predominavam a pequena e média propriedade e a exploração de tipo familiar complementada por trabalho assalariado. Podia haver também presença de trabalho escravo mas este nunca foi predominante. Tendo uma produção limitada, muitas das fazendas não dispunham sequer de engenho próprio<sup>74</sup>.

Tudo leva a crer que foi este modelo mediterrânico de produção de açúcar, que não se afastava, aliás, das formas tradicionais de trabalhar a terra na restante Europa, que se pretendeu instalar inicialmente em São Tomé.

As caldeiras e outros “cobres” que, como se viu, o capitão Álvaro de Caminha levou para a ilha, em 1493, destinavam-se a apoiar esse projecto e será a impossibilidade prática de o implementar que abrirá caminho à grande plantação. Mas esse vai ser um processo demorado que exigiu sucessivas adaptações, o que explica, somado a factores já referidos, o lapso de tempo entre o início da colonização e o começo da produção açucareira.

Uma das primeiras questões a resolver foi a da produção de subsistências. É certo que o grupo dos europeus, implantado num mundo totalmente novo, se mantinha ainda fiel, na medida do possível, à alimentação mediterrânica (pão de trigo, vinho, azeite), o que, sempre que havia atraso nos navios, provocava terríveis carências. Mas, a seu lado, era preciso suprir as necessidades alimentares dos africanos, cujo número ia em permanente crescimento, quer dos escravos em trânsito quer dos que ficavam na ilha, ocupados nas tarefas domésticas, na desmatagem de terrenos agrícolas e no levantamento da povoação.

Dessa forma, foi instalada na ilha uma policultura de “mantimentos” que assentava no inhame e noutros rizomas comestíveis, nas plantas hortícolas, na palmeira dendém e na bananeira e utilizava não apenas a mão-de-obra como as próprias práticas agrícolas e os conhecimentos técnicos tradicionais do continente africano.

---

72 Essa especialização vai levar, nas regiões onde o modelo foi experimentado, a situações de monocultura.

73 Joseph C. Miller, “O Atlântico escravista: açúcar, escravos e engenhos”, *Afro-Ásia*, nº 19-20, 1997, p. 17; Jacob Gorender, *O escravismo colonial*, 3ª ed., São Paulo, Ática, 1980, pp. 89 ss.

74 Sobre o assunto: Virgínia Rau e Jorge de Macedo, *O açúcar da Madeira nos fins do século XV: problemas de produção e comércio*, Funchal, Junta Geral do Distrito Autónomo, 1962; Alberto Vieira, *Canaviais, açúcar e aguardente...*, cit.

No “Regimento do Trato de São Tomé” de 1519, a coroa deu ordens para que em cada uma das novas fazendas onde se iriam concentrar os escravos em trânsito, fosse colocado como responsável um caseiro, “homem branco e de recado”, responsável pela saúde e alimentação dos cativos. Para isso, devia promover o cultivo da fazenda “com os ditos escravos, os quais farão nisso servir, *porque o sabem e são acostumados a isso em sua terra, por boçais que sejam*. E se entre eles houver alguns que melhor tomem o serviço e trabalho das ditas fazendas, ficarão sempre nelas como mestres e não serão enviados ao Reino como os outros<sup>75</sup>” (o destacado é nosso).

O recurso à tradição agrícola africana vai revelar-se fundamental no arroteamento do solo da ilha, feito essencialmente através do derrube e queimada das árvores e do aproveitamento do terreno fertilizado pelas cinzas. O tipo de agricultura introduzido ignorará o arado e charrua comuns nos campos da Europa para lhes preferir a enxada, como em África, aplicada no cultivo de subsistências, mas que se revelará também compatível com o plantio da cana-de-açúcar.

Nas primeiras roças são-tomenses, era igualmente respeitada, no essencial, a divisão sexual do trabalho que estava na base da produção agrícola em África. Embora, nas sociedades tradicionais africanas, houvesse variações regionais significativas, de uma forma geral era ao homem que cabia a desmatação e a preparação do terreno mas eram femininas quase todas as outras tarefas agrícolas, incluindo algumas que exigiam grande esforço físico. É importante sublinhar que, nessas sociedades, o tipo de intervenção da mulher na produção era a norma, independentemente do seu estatuto, isto é, independentemente de a mulher ser livre ou escrava<sup>76</sup>.

Não é por acaso que nos mercados africanos perdurou, ao longo dos séculos, uma forte procura de escravos do sexo feminino, com o seu valor comercial a ser normalmente superior ao dos homens<sup>77</sup>. Alguns autores associam esse facto não apenas à função produtiva das mulheres, mas também ao “valor acrescentado” que representava o seu papel de bem sexual e a sua função reprodutiva<sup>78</sup>.

Para outros autores, como Claude Meillassoux, para quem a escravidão obedece essencialmente a uma lógica económica, não são as capacidades procriadoras da mulher escrava que estão na base da sua maior procura mas sim as suas

---

75 Regimento do Trato de S. Tomé, 1519 (*MMA*, 1ª série, vol. IV, p. 126).

76 Jean-Pierre Olivier de Sardan, *Les sociétés songhay-zarma (Niger-Mali)*, Paris, Karthala, 1984, p. 118.

77 Martin A. Klein, “La traite transatlantique des esclaves et le développement de l’esclavage en Afrique occidentale”, in Myriam Cottias, Alessandro Stella et Bernard Vincent, *Esclavage et dépendances serviles: Histoire comparée*, Paris, L’Harmattan, 2006, pp. 42-44.

78 *Ibid.*, pp. 118-119.

qualidades de trabalhadora e as suas qualificações para o desempenho das tarefas mais procuradas<sup>79</sup>.

Em São Tomé, todos os dados que conhecemos demonstram que, desde o início da colonização, foi relativamente elevada a taxa de feminilidade no contingente de escravos. O proprietário Álvaro Borges, que morreu em 1504, e que já atrás foi referido<sup>80</sup>, tinha, no seu plantel, mais escravas do que escravos. E no único carregamento de escravos, com destino a São Tomé, de que conhecemos a distribuição por sexos, surge também uma ligeira superioridade do número de mulheres<sup>81</sup>.

Embora haja casos em que a procura de mulheres podia estar, efectivamente, associada à sua condição de “bem sexual”, é mais do que evidente que o factor fundamental era o reconhecimento das capacidades de trabalho das mulheres africanas e a facilidade da sua inserção num processo produtivo que não era substancialmente diferente daquele a que estavam habituadas.

Um outro aspecto que, em São Tomé, foi importado da tradição africana foi a prática de os escravos assegurarem a sua própria subsistência, providenciando alimentação e habitação, através de um dia de trabalho livre que os proprietários lhes concediam. Embora isso também acontecesse noutras comunidades africanas, Valentim Fernandes testemunha o costume entre os Jalofos (ing. *Wolof*) da costa do Senegal: “os escravos desta terra servem e ganham para os seus senhores seis dias e ao sétimo ganham para si do que se hão-de manter os seis dias”<sup>82</sup>.

A introdução destas práticas “africanas” facilitou a divulgação em São Tomé de um tipo de exploração agrícola baseado exclusivamente no trabalho escravo, que já era, ele próprio, há muito desconhecido dos europeus, mas que foi necessário adaptar, depois, ao modelo de plantação açucareira associada à transformação industrial. A dificuldade desta transição deveu-se ao facto de se passar de uma actividade agrícola que exigia um nível técnico rudimentar para um tipo de exploração agrícola em que o “engenho” comandava não apenas o ritmo das colheitas como todos os trabalhos agrícolas, obrigando a uma planificação rigorosa da produção. Juntava-se a isso a complexidade das tarefas do próprio engenho (cozimentos sucessivos, purificações, purgas, cristalização, clarificações, secagem, prensagem e encaixotamento), para não falar da sua construção e instalação.

---

79 Claude Meillassoux, *Anthropologie de l'esclavage. Le ventre de fer et d'argent*, Paris, Presses Universitaires de France, 1986, p. 111.

80 TT, *Corpo Cronológico*, II, 15-77, Inventário dos bens pertencentes a Álvaro Borges, 4 de Novembro de 1507. Publicado em *PMA*, vol. V, pp. 221-243.

81 Trata-se da nau *Santa Maria da Conceição*, que, em 1522, comprou no rio dos Escravos 62 elementos do sexo feminino e 55 do sexo masculino. Ver “Livro de bordo da nau *Santa Maria da Conceição*” (António Brásio, *História e Missiologia*, Luanda, Instituto de Investigação Científica de Angola, 1973, pp. 479-493).

82 *Códice Valentim Fernandes*, p. 60.

Nesta transição, perderam-se algumas das que tinham sido as características da agricultura apenas produtora de subsistências.

As pequenas e médias propriedades foram substituídas por “roças” de muito maior dimensão, arroteadas ao longo dos rios, a partir do litoral, e dedicadas exclusivamente ao cultivo da cana-de-açúcar. A um português de passagem lembraram-lhe os latifúndios cerealíferos do Alentejo: “Estão semeados grandes canaviais de açúcares, os quais parecem, a quem os vê, que vê os campos do Alentejo semeados de trigo”<sup>83</sup>.

A produção de mantimentos passou, assim, a ser separada da produção de cana-de-açúcar, o que começou por ver-se nos engenhos do rei<sup>84</sup>. Desta forma, nas plantações de cana, tenderá a desaparecer a concessão de um dia livre para que o escravo angariasse o seu sustento, o que significou retirar-lhe o último vestígio de autonomia.

É provável, no entanto, que essa prática se mantivesse nas roças mais antigas, pois o piloto anónimo que andou pela ilha entre 1520 e 1538 ainda pôde testemunhar esta forma de organização do trabalho: “há homens ricos que possuem 150, 200 e até 300 [escravos], entre negros e negras, os quais têm obrigação de trabalhar toda a semana para o seu senhor, menos ao sábado, em que trabalham para a sua sobrevivência”<sup>85</sup>. Aliás, em São Tomé esse costume não desaparecerá tão depressa<sup>86</sup> e importava estudar de que forma chegou ainda ao Brasil e a outras zonas onde se instalou o sistema de plantação.

Quanto à divisão sexual nos trabalhos agrícolas, os proprietários e os seus feitores, influenciados provavelmente por preconceitos decorrentes da afectação sexual de tarefas corrente na Europa, vão preferir homens nas plantações de açúcar, sobretudo para as fases de colheita e transporte das canas, e para o trabalho nos engenhos. Ainda assim, manteve-se, em São Tomé, o costume de utilizar casais nas fazendas, como atesta o “piloto anónimo”: “cada habitante compra es-

---

83 Carta de Frutuoso de Almeida para o padre Francisco Mariz, 4 de Março de 1580, *MMA*, 1ª série, vol. III, p.188).

84 “Sempre se mantiveram [receberam mantimento] as peças que nele serviam [no engenho do Cabo Verde] das fazendas da Praia Preta”, Relatório de João Lobato, 13 de Abril de 1529 (*MMA*, 1ª série, vol. I, p. 510).

85 *Viagens de um piloto português...*, p. 106.

86 Esta forma de exploração ainda se mantinha na segunda metade do século XVIII, data em que alguns escravos trabalhavam toda a semana para os seus senhores, os quais «lhes davam os sábados e domingos para trabalharem os seus sustento e vestido, por cuja causa poucos escravos ouvem missa nos dias de preceito nem deixam de trabalhar como nos mais dias» (Carta do ouvidor geral Caetano Bernardo Castro de Mesquita, 18 de Fevereiro de 1771, *apud* Carlos Agostinho das Neves, *São Tomé e Príncipe na 2ª metade do século XVIII*, Funchal/Lisboa, Secretaria Geral do Turismo/Instituto de História de Além-Mar, 1989, p. 332).

cravos negros, com as suas negras, da Guiné, Benim e Manicongo, e põem esses casais a cultivar a terra, para plantar e fazer o açúcar”<sup>87</sup>. E, nos séculos seguintes, quando a produção sacarina já se secundarizara, a utilização de um número de mulheres igual ou superior ao dos homens parece voltar a ser a regra utilizada no arquipélago<sup>88</sup>.

Cerca de 1530, porém, à parte a sobrevivência pontual de antigas práticas, está já em funcionamento na ilha de São Tomé o modelo de agricultura de plantação resultante de um processo de adaptação e reconversão de formas tradicionais de produção, em função de realidades totalmente novas.

## 2.2. Diversidade

A introdução da economia de plantação, com a utilização, em larga escala, de mão-de-obra escrava africana foi paralela à racialização da escravatura, passando a fazer-se uma identificação quase imediata entre escravo e negro, de tal forma que o vocábulo “negro” se vai tornar, no português dos séculos XVI e XVII, sinónimo de escravo.

No entanto, se, ao contrário do que acontecia nos plantéis dos latifúndios da Antiga Roma, deixara de haver, ou quase deixara de haver, diversidade fenotípica nas roças, isso não quer dizer que não existissem diferenças.

A primeira das distinções era entre os escravos crioulos (nascidos nas fazendas, por vezes de uniões mistas) e os escravos recém-chegados, habitualmente chamados *boçais*.

Mas há outras diferenças, que têm a ver com a origem étnica e com as funções que os escravos desempenham no quadro da produção açucareira.

Embora todos provenham da costa ocidental africana e haja locais privilegiados, conforme os períodos considerados, para os comerciantes europeus “fazerem armação”, a diversidade de origem geográfica dos escravos que abasteciam os tratos são-tomenses foi mais ou menos uma constante.

Veja-se o ano de 1534, que conhecemos razoavelmente. Nesse ano, nove navios vão sair de São Tomé, por conta da Fazenda Real, para comprarem escravos. Cinco, a maioria, dirigem-se ao delta do rio Níger: dois ao rio dos Forcados (admitindo um deles ir também ao reino de Ardra, Daomé), outros dois, mais para Leste, ao rio Real, e um, mais a Noroeste, directamente ao reino do Benim. Por sua vez, dois têm como destino o porto de Mpinda (no reino do Congo) enquanto que dois outros partem à procura de áreas de comércio ainda inexploradas: o

---

87 *Viagens de um piloto português...*, pp. 105-106.

88 Arlindo Manuel Caldeira, *Mulheres, sexualidade e casamento em São Tomé e Príncipe*, 2ª ed., Lisboa, Cosmos, 1999, pp. 78-79.

navio *Conceição Flamengo* e o bergantim *S. Roque* vão “para além de Angola” “a descobrir” novos resgates<sup>89</sup>, isto é, aparentemente pela primeira vez, os armadores de São Tomé aventuravam-se para lá do rio Cuanza.

Nos dois anos seguintes (1535 e 1536), naufragaram, por desgaste do tempo ou por acidente, cinco navios do trato. Um, o navio *Urbano*, estava a carregar para ir para o Congo; dois outros, o *Santo António da Mina* e o *Santo António de Lisboa*, perderam-se, na barra do Benim, vindo o primeiro de Ardra; um quarto, o *Santa Catarina*, foi ao fundo no Príncipe, no regresso “dos rios”; por fim, o *São Vicente*, o *Grande* afundou-se, com o seu batel, vindo de Angola “com necessidade”<sup>90</sup>.

Como se vê, na primeira metade do século XVI, era ainda no vasto arco do golfo da Guiné (entre o cabo da Palmas e o cabo de Lopo Gonçalves) que os mercadores são-tomenses costumavam fazer o seu abastecimento de mercadoria humana, frequentando tanto o lado da baía do Benim como o da baía do Biafra, mas preferindo vários dos esteiros do gigantesco delta do Níger, região que na altura designavam como “dos rios”. No entanto, à medida que a procura de escravos aumentara, nomeadamente com a instalação da indústria açucareira e o crescimento das vendas de mão-de-obra escrava para o exterior, a actividade foi-se estendendo ao Loango e ao reino do Congo (onde os navios de São Tomé surgem pelo menos desde 1509<sup>91</sup>) e avançará depois para Sul até à foz do rio Cuanza e mesmo para lá dele (Benguela).

A maior parte dos escravos desembarcados em São Tomé era, como já foi dito, reexportada para destinos diversos, em particular Mina, Lisboa e Antilhas.

Em relação aos que ficavam na ilha, também a sua sorte variava. Um pequeno número, mais mulheres do que homens, permanecia na cidade entregue a tarefas de carácter doméstico, constituindo o grupo que tinha maiores possibilidades de vir, mais tarde, a conseguir a alforria. A maioria, porém, era encaminhada para as roças onde, além de assegurar, quando era caso disso, a sua própria subsistência, devia desempenhar as tarefas de desmatação e amanho da terra, cultivo, tratamento e corte da cana-de-açúcar mas também o funcionamento do engenho e a preparação do açúcar.

Dessas actividades, muitas eram puramente braçais exigindo sobretudo esforço físico, sendo esse tipo de trabalho o que é, normalmente, identificado com a condição escrava. Uma das peculiaridades das fazendas são-tomenses é a de que, desde muito cedo, são escravos que passam a desempenhar também outras tarefas, nomeadamente no fabrico do açúcar, que exigiam aprendizagem e competência técnica. Noutras áreas geográficas, essas funções destinavam-se normalmente

---

89 TT, *Corpo Cronológico*, II - 187 -18, 2 de Novembro de 1534.

90 TT, *Corpo Cronológico* – II - 231-96, 7 de Abril de 1540.

91 Auto de inquirição a Gonçalo Roiz (1511-1512) e carta do rei do Congo a D. Manuel I, 5 de Outubro de 1514 (*MMA*, 1ª série, vol. I, pp. 215-221 e 307).

a trabalhadores europeus, os quais, porém, escasseavam em São Tomé, vitimados como eram pela mortalidade impiedosa, muitas vezes pouco depois da saída em terra ou que não chegavam sequer a embarcar para o arquipélago, assustados com a fama da morbidade local.

Dessa forma, a situação mais corrente era a de que apenas o feitor (representante na ilha do proprietário, na ausência deste) fosse europeu ou eurodescendente. O caseiro, responsável directo pela administração da propriedade, nomeadamente no que dizia respeito à gestão do pessoal, podia ter a mesma origem (era frequentemente mestiço) mas não era invulgar que fosse negro forro<sup>92</sup>.

Todos os restantes “quadros técnicos” eram, em geral, escravos, que, até serem considerados aptos, recebiam um período mais ou menos longo de formação como aprendizes junto de um oficial mais experiente. No “Regimento do feitor do trato da ilha de São Tomé”, de 1532, recomendava-se que esse funcionário (o feitor) tivesse cuidado com as fazendas e engenhos régios para que “vão cada vez em mor crescimento”, determinando-se expressamente: “nelas [nas fazendas] poreis os escravos necessários para o serviço delas que trabalhareis por serem ensinados em todos os ofícios necessários, convém a saber: tacheiros<sup>93</sup>, caldeireiros<sup>94</sup>, mestres de açúcares<sup>95</sup>, purgadores<sup>96</sup> e em todo o mais que para, serviço de tais engenhos cumprir”<sup>97</sup>.

Que a determinação foi acatada mostra-o o facto de Manuel Vaz, ao tomar posse da feitoria em Maio de 1535, ter recebido, entre uma massa de mais de 1400 escravos, 27 carpinteiros (que serviam na Ribeira mas também nas fazendas e nos engenhos), 12 ferreiros, 5 mestres de açúcar e 32 purgadores, caixeiros<sup>98</sup> e

---

92 Inquirição sobre o arrendamento de Paulo Dias de Novais, 16 de Dezembro de 1580 a 31 de Janeiro de 1581, *MMA*, 1ª série, vol. IV, p. 327.

93 *Tacheiro*: trabalhador que faz o mel, sendo responsável pela sua concentração e batadura nas tachas (caldeiras pequenas para concentração do mel até atingir o ponto de açúcar) Naidea Nunes, *O açúcar de cana na ilha da Madeira: do Mediterrâneo ao Atlântico. Terminologia e tecnologia históricas e actuais da cultura açucareira*, Tese de doutoramento (policopiada), Universidade da Madeira, Funchal, 2002, p. 499.

94 *Caldeireiro*: trabalhador responsável pela cozedura e limpeza do sumo da cana nas caldeiras; também se podia designar assim, mas não deve ser esse o caso, o fabricante de caldeiras e o responsável pelo seu conserto (*Ibid.*, p. 337).

95 *Mestre de açúcar*: trabalhador responsável pela qualidade final do açúcar fabricado no engenho (*Ibid.*, p. 446).

96 *Purgador*: oficial do engenho que purga o açúcar na casa de purgar. Por purgar entende-se clarificar o açúcar, com barro, nas formas, separando o mel do açúcar cristalizado (*Ibid.*, pp. 471-472).

97 “Regimento do feitor do trato da ilha de São Tomé, 2 de Agosto de 1532” in Jorge Faro, *A organização comercial de S. Jorge da Mina em 1529 e as suas relações com a Ilha de S. Tomé*, Bissau : [s.n.], 1958, pp. 331-332.

98 No engenho, era o trabalhador encarregado de acondicionar em caixas de madeira os

caldeireiros<sup>99</sup>.

Já no século XVII, em 11 de Abril de 1613, quando a Misericórdia de Lisboa arrenda a António Carvalho, por nove anos, as propriedades que tinham pertencido a D. Simoa Godinha, uma das obrigações é a de que o arrendatário “mande ensinar, nas ditas fazendas, dos escravos delas, dois pedreiros, outros dois carpinteiros, outros dois caldeireiros e outros dois mestres de açúcares e os ditos escravos assi ensinados ficarão com as ditas fazendas no fim deste arrendamento”<sup>100</sup>.

Embora mantendo a condição jurídica de escravos, o estatuto social destes técnicos era necessariamente diferente dos trabalhadores braçais. Talvez por isso, em 1530, um homem batido no trato se espantasse que fugissem “cada dia” não apenas os escravos mais recentes mas também “as peças que estão nas fazendas ensinadas e levando boa vida”<sup>101</sup>.

### 2.3. Instabilidade

Pode não ocorrer imediatamente falar de instabilidade a propósito da mão-de-obra servil em São Tomé, uma vez que a proximidade dos mercados africanos tornava possível a aquisição, em tempo útil, do número de trabalhadores escravizados de que uma exploração agrícola necessitasse e a preços mais baixos do que em qualquer outro ponto do planeta com uma economia do mesmo tipo.

Acontece, porém, que também a facilidade da fuga e as probabilidades de sucesso dessas fugas eram maiores em São Tomé do que em qualquer outro lugar com agricultura de “plantação”. E que, em consequência, era igualmente elevado o risco de ataques às roças e o estímulo à revolta dos plantéis.

Desde o tempo do capitão-donatário Álvaro de Caminha (1493-1499) que há notícia de escravos fugidos para os matos, que “levemente se não podem haver”<sup>102</sup>. Entre 1514 e 1527<sup>103</sup>, de 12 904 escravos importados e registados pela Fazenda Real, terão fugido 670, o equivalente a 5%<sup>104</sup>. Em 1530, um contratador experimentado, Afonso de Torres, chamado a depor numa inquirição sobre esse assunto, declarou peremptoriamente: “nenhum remédio se pode dar para deixarem de fugir”. E ainda acrescentou: “Ninguém é senhor dos escravos na dita ilha

---

pães de açúcar, com vista ao seu transporte.

99 TT, *Corpo Cronológico*, II/202/136 – Conhecimento em forma da entrega da feitoria de São Tomé a Manuel Vaz, 15 de Julho de 1535.

100 TT, *Cartório Notarial n.º 7A*, Livro 1613, Fevereiro, 22- Abril, 19, fls. 117-120v, 11 de Abril de 1613.

101 TT, *Corpo Cronológico*, II-161- 91, fl. 6v, Inquirição de 5 de Dezembro de 1530.

102 Testamento..., *cit.*, p. 73.

103 Não se trata da série completa mas apenas dos números disponíveis para alguns desses anos e a que é necessário atribuir um carácter meramente indicativo.

104 C. M. Santos, «A formação das estruturas fundiárias...», p. 78.

senão enquanto os ditos escravos querem estar com seu senhor”<sup>105</sup>. A afirmação há-de ser basicamente retórica, pois se a liberdade de escolha pertencesse ao escravizado tratava-se da inversão do estatuto de escravidão, mas não deixa de traduzir a facilidade com que, em São Tomé, se processava a fuga de escravos. E só o facto de as condições de vida dos fugitivos (nomeadamente a garantia da subsistência) não serem, por vezes, substancialmente melhores do que as das roças, podia, isso sim, pesar na decisão dos trabalhadores cativos.

Em sentido contrário, convidando à deserção, contavam as características físicas e de povoamento de São Tomé. Trata-se de uma ilha pequena (cerca de 860 km<sup>2</sup>), situada a uma curta distância do continente africano (pouco mais de 300 km) com um relevo vigoroso em que se passa, num espaço breve, do nível do mar a centenas ou mesmo a milhares de metros de altitude (o pico de São Tomé atinge 2024 m.). Junte-se-lhe uma densíssima floresta, arrancando da orla da praia e indo até às serranias mais elevadas<sup>106</sup>, de que, nas primeiras décadas, só foi arroteada uma estreita faixa que acompanhava o litoral do Norte e do Leste. Nesse espaço roubado ao *obô* (a floresta tropical), que constituía pouco mais de um décimo da área total, concentrar-se-á uma enorme massa de escravos, desproporcionada em relação à população europeia ou euro-descendente. E esta última era não só limitada no número, como dispôs, ao longo do tempo, de meios de coerção muito reduzidos, nomeadamente em termos militares.

De um ponto de vista lógico, a possibilidade de fuga levar-nos-ia a pensar que os proprietários tratassem os seus trabalhadores com um grau de humanidade que fizesse com que os escravos aceitassem com menor repugnância a sua condição.

Francisco Tenreiro alinha por esse diapasão: “Sou levado a concluir que o africano, por estes tempos de São Tomé, não estava sujeito a um regime de escravidão pura; era antes um servo a quem se pedia trabalho, mas a quem, por outro lado, se permitia uma relativa liberdade na prática dos seus hábitos”<sup>107</sup>.

Há, da parte do autor, por manifestas razões ideológicas, uma tentativa de dulcificação do estatuto da escravidão que não corresponde, evidentemente, à verdade, sobretudo quando pensamos no auge da produção açucareira (de facto, as condições de vida dos escravos melhoram e as fugas diminuem quando a agricultura volta a ser predominantemente de mantimentos). Podemos, ainda assim, admitir que, em qualquer dos períodos, foi possível

---

105 TT, *Corpo Cronológico*, II-161- 91, fl. 6, Inquirição de 5 de Dezembro de 1530.

106 *Viagens de um piloto português...*, pp. 113-114.

107 Francisco Tenreiro, *A ilha de São Tomé (estudo geográfico)*, Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar, 1961, p. 70.

estabelecerem-se, entre os proprietários e uma parte dos trabalhadores escravos, relações de carácter paternalista, com alguma distensão e confiança mútuas. Só assim se percebe que alguns proprietários armassem escravos seus para constituir uma guarda pessoal ou mesmo para formar autênticas milícias particulares com que defrontavam fazendeiros rivais ou resistiam às autoridades<sup>108</sup>. Aliás, eram em grande parte constituídos por escravos os corpos militarizados que, na chamada “guerra do mato”, perseguiram os fugitivos das fazendas<sup>109</sup>.

Nada disto pode no entanto disfarçar a violência do trabalho escravo e as arbitrariedades dos proprietários e dos seus representantes nas roças.

Em 1547, António Gonçalves foi acusado de, em circunstâncias que conhecemos mal, ter ferido quatro dos seus escravos, tendo um deles morrido<sup>110</sup>.

Alguns anos depois, numa fazenda pertencente a Rui de Melo, o feitor, João Luís de Morais, deu ordens ao caseiro, Jorge Dias, homem baço, para que castigasse, por razões que desconhecemos, dois escravos crioulos dessa fazenda. Estes foram postos a ferros e sujeitos a tantos açoites e outros excessos que acabaram por morrer<sup>111</sup>.

Só mais um exemplo. Em 1592, Agostinho Carvalho, morador na ilha, foi acusado, embora o caso não fosse completamente provado em tribunal, da morte de uma escrava pelas pancadas que lhe dera com uma vara.<sup>112</sup>

Os escravos eram, ainda, as maiores vítimas nos casos das frequentes disputas entre fazendeiros. Em 1563, Fernando Dias acusa um Heitor Barreto, indiciado por vários outros crimes, de lhe ter mandado matar, com tiros de besta, cinco escravos, incluindo uma mulher grávida, pondo-lhes alvos sobre o peito<sup>113</sup>.

A dureza com que os tribunais castigavam os autores desses excessos (por exemplo, os dois implicados na morte dos escravos crioulos foram condenados a degredo perpétuo para as galés, ainda que, anos depois, o rei lhes tenha comutado a pena em degredo para o Brasil<sup>114</sup>) podia mostrar que a comunidade aceitava mal

---

108 Ver, a título de exemplo, Carta de Jerónimo Coutinho, 1551 (*MMA*, 1ª série, vol. II, pp. 268-272); TT, *Chancelaria de D. João III*, Privilégios, Livro 5, fl. 165, 11 de Fevereiro de 1557; *Ibid.*, Perdões e Legitimações, Livro 7, fl. 41, 9 de Fevereiro de 1558, *Ibid.*, *Chancelaria de D. Sebastião e D. Henrique*, Perdões e Legitimações, Livro 37, fl. 357v, 6 de Fevereiro de 1559.

109 AN/TT, *Corpo Cronológico*, II-186-59, fl. 6, Carta de 19 de Novembro de 1533.

110 TT, *Chancelaria de D. João III*, *Perdões e Legitimações*, livro 11, fl. 118v, 11 de Julho de 1547.

111 TT, *Chancelaria de D. Sebastião e de D. Henrique*, *Perdões e Legitimações*, livro 31, fls. 16v-17, 19 de Agosto de 1575; *Ibidem*, fl. 206v, 13 de Março de 1576.

112 TT, *Chancelaria D. Filipe I*, *Perdões e Legitimações*, Livro 13, fl. 328v, 28 Janeiro de 1592.

113 TT, *Chancelaria de D. Sebastião e D. Henrique*, *Perdões e Legitimações*, Livro 6, fl. 4 e 5v., 20 de Outubro de 1563.

114 TT, *Chancelaria de D. Sebastião e de D. Henrique*, *Perdões e Legitimações*, livro 31, fls. 16v-17, 19 de Agosto de 1575; *Ibidem*, fl. 206v, 13 de Março de 1576.

a violência contra os escravos. Seria mais uma conclusão apressada. Os casos chegados a tribunal eram, com certeza, uma minoria. Além disso, esses casos referem-se sempre à morte de escravos (o que era, primeiro que tudo, um crime patrimonial) e não nos dão qualquer indicação sobre as atitudes perante outros atropelos e formas de coacção.

O recurso à fuga, individual ou em grupo, acompanhada ou não de revolta violenta, era a resposta mais frequente dos escravos das fazendas aos abusos de proprietários e feitores. Embora também houvesse fugas por mar, era o manto da floresta original, que chegava às portas da cidade e envolvia a área agricultada das roças, junto à orografia caprichosa, que representava para a população escrava uma tentação quase irrecusável e, para os proprietários, um pesadelo quotidiano.

Alimentados por sucessivas ondas de fugitivos, vão formar-se nos principais picos da ilha de São Tomé (e não apenas num como por vezes se diz ou se é levado a crer), santuários de resistentes, os “mocambos”. A partir daí, os “fujões”, para usarmos a terminologia corrente no Brasil, fomentavam ataques às roças, em busca de comida, de ferramentas e de... mulheres, uma vez que eram em número significativamente menor as fugas no feminino. Os colonos promoveram contra eles a interminável “guerra do mato”, o que não impediu que se mantivesse, no recesso dos montes, um forte núcleo de rebeldes que só a partir do fim do século XVIII, por sua livre vontade, negociaria com as autoridades coloniais o regresso ao litoral<sup>115</sup>.

Embora as primeiras fugas de escravos remontem ao século XV, trata-se ainda, nessa data, de um fenómeno limitado. Será entre 1520-1530, com o início do sistema de plantação e a instalação da produção industrial de açúcar, que se inicia uma sangria difícil de estancar. A introdução do engenho impunha uma cadência de trabalho que já nada tinha a ver com a tradicional produção africana e que tornava mais premente o desejo de liberdade. Não admira que os escravos revoltados, ou os bandos de fugitivos nos ataques às fazendas, tivessem uma particular fixação na destruição dos engenhos. Como irá suceder no início da industrialização, com os luditas ingleses, em relação às máquinas, estes trabalhadores africanos cativos viam nos engenhos a principal causa do seu sofrimento.

Se isso já fora notório nos anos de 1530 com o ataque do “mocambo” a fazendas na área da Ponta Grossa e do Rio Grande<sup>116</sup>, a dimensão das insurreições iria em crescendo ao longo do século e ganharia um carácter de rebelião generalizada em 1585 e 1595. Conhecemos poucos pormenores da revolta de 1585. Um

---

115 Arlindo Manuel Caldeira, “Rebelião e outras formas de resistência à escravatura na ilha de São Tomé (sécs. XVI-XVIII)”, *Africana Studia*, nº 7, Porto, 2004, pp. 101-136; Arquivo Histórico Ultramarino, *São Tomé*, Caixa 35, nº 31, 17 de Novembro de 1803.

116 TT, *Corpo Cronológico*, parte II, maço 205, doc. 9.

chefe que os europeus identificaram como Ambala<sup>117</sup> teria posto em pé de guerra os escravos das fazendas, de tal forma que foi necessário enviar da Europa duas companhias de soldados para restabelecer a ordem colonial e a produção açucareira<sup>118</sup>. A insurreição de 1595, a célebre “revolta de Amador”, durou vinte dias, entre 9 e 29 de Julho e, acerca dela, estamos um pouco melhor informados<sup>119</sup>. Durante esse período, os revoltosos estiveram praticamente donos da ilha, tendo queimado cerca de 70 engenhos, mais de metade de todos os existentes<sup>120</sup>, e atacado a cidade por duas vezes, a última das quais, a 28 de Julho, com cerca de dois mil homens, armados de flechas e de armas de fogo<sup>121</sup>.

Esta instabilidade viria a ser o factor que mais comprometeu a viabilidade da economia açucareira em São Tomé. É certo que, de uma forma geral, devido ao excesso de humidade ambiente, a qualidade média do açúcar são-tomense era inferior à do açúcar madeirense ou do açúcar brasileiro, este em rápida ascensão, mas os mercados europeus poderiam absorvê-lo, como até aí, por um preço mais baixo, uma vez que a procura estava ainda em fase de franca expansão. Só que os investidores recearam pelos seus capitais e preferiram, como se diz hoje, deslocalizar a produção para áreas mais pacíficas e onde o clima menos mortífero para os brancos permitia que a mão-de-obra europeia acorresse em número suficiente para garantir os postos de direcção e de maior especialização técnica, assegurando ao mesmo tempo formas de coerção e de enquadramento da população escrava, de modo a proporcionar uma estabilidade mais efectiva da produção do que nas ilhas do Equador.

---

117 O vocábulo *Mbala* (ou mbála) tem, em Kimbundu, o significado de “aldeia”, “povoação”, sendo provável que os portugueses confundissem a aglomeração de fugitivos, com o respectivo chefe, numa situação próxima do que tinha acontecido com a palavra *mocambo*. A designação leva-nos a pensar que se tenha tratado de ataques de um grupo organizado de fugitivos que contagiou os plantéis das fazendas e não de uma insurreição destes, como acontecerá dez anos depois.

118 Relação de Frei Diogo do Santíssimo Sacramento, 1583 (*MMA*, 1ª série, vol. IV, p. 375). A data indicada pelo padre Brásio não é a do manuscrito mas a dos primeiros acontecimentos que o autor relata. Não conhecemos nenhuma outra fonte que noticie esta sublevação.

119 Manuel do Rosário Pinto, *Relação do Descobrimento da Ilha de São Tomé*. Fixação do texto, introdução e notas de Arlindo Manuel Caldeira, Lisboa, CHAM, 2005, pp. 71-78 e “Relatione uenuta dall’ Isola di S. Tomé” (*Fondo Confalonieri*, vol. 33, fls. 372-372v), que o padre António Brásio publicou (*MMA*, 1ª série, vol. III, pp. 521-523), que voltámos a editar, com pequenas alterações, em anexo à *Relação...* de Manuel Rosário Pinto (pp. 277-279) e que confirma e acrescenta indicações preciosas à outra fonte. Dois documentos de 1599 (uma carta da câmara de S. Tomé e outra do cabido, ambas para o monarca) aludem também directamente aos acontecimentos de 1595 (*MMA*, 1ª série, vol. III, pp. 598-604).

120 Estima-se, com algum exagero, que no período mais alto da prosperidade açucareira estivessem em funcionamento 100 a 120 engenhos. Às depredações provocadas pela rebelião dos escravos seguiram-se as ocasionadas pela invasão holandesa de 1599.

121 Manuel do Rosário Pinto, *Relação ...*, pp. 76-77 .

É provável que, a partir de 1570 e nas décadas seguintes, tenha havido transferência para o Brasil de alguns proprietários (sabe-se, por exemplo, que Paulo Dias de Novais, que era fazendeiro em São Tomé, investiu também em engenhos no litoral brasileiro, com Martim de Sá, em 1579<sup>122</sup>); talvez também tenha existido, pela mesma altura, transferência de mão-de-obra especializada e até da utensilagem de alguns engenhos; mas a transferência mais importante, a que mais contou historicamente, foi, sem dúvida, a transferência do *modelo de exploração*.

O modelo que, sem alterações significativas, vai passar às Américas resultou da tentativa de aplicar nos trópicos um tipo de exploração agrícola de tipo mediterrânico que cedo se mostrou inadequado face a condições ecológicas novas e à dificuldade em fazer deslocar mão-de-obra europeia em número suficiente. Com a possibilidade de comprar, em quantidade, trabalhadores africanos escravos, na costa fronteira, com eles se importaram também, numa primeira fase, técnicas e formas de organização do trabalho de origem africana, que foram depois adaptadas à produção intensiva, mercê do contexto colonial e da grande procura de açúcar por parte dos mercados europeus. Embora haja quem lhe procure outros berços, o modelo de *plantation*, que se alargou mais tarde à produção americana de tabaco, de algodão ou de café, nasceu nas primeiras décadas do século XVI, nas roças de açúcar de São Tomé e Príncipe.

---

122 Ilídio do Amaral, *O Consulado de Paulo Dias de Novais*, Lisboa, Instituto de Investigação Científica Tropical, 2000, pp. 190-191.